

SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

## **TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: O ESPAÇO MOSAICO DO QUILOMBO DE BOM JARDIM DA PRATA**

*AMARO SÉRGIO MARQUES<sup>1</sup>*

Resumo: Este artigo é resultado parcial de pesquisa de Doutorado que venho desenvolvendo desde o ano de 2015 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. O território em análise está delimitado pelos rios São Francisco, Pardo e Acari, na zona rural do Município de São Francisco, no norte de Minas Gerais. Nessa área, a Comunidade Quilombola de Bom Jardim da Prata, está em busca da titulação de seu território. Através de um trabalho etnográfico, proponho analisar aquilo que denomino de território mosaico, onde dezenas de pequenas comunidades, que vivem em sítios e vilas estão cercadas por fazendas e grandes firmas agropecuárias. Essa configuração da ocupação e do uso parece ameaçar a comunidade, que está na luta pela reconquista de seu território.

Palavras-chave: Quilombo; Território; Territorialidades.

Este artigo é o resultado parcial de pesquisa de Doutorado que está sendo desenvolvida desde o ano de 2015 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O objetivo da pesquisa aqui apresentada é a análise e descrição do processo de reconquista e de organização da comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata pela regularização e titulação do seu território, para tanto farei essa abordagem através de suas territorialidades. A comunidade está inserida na zona rural do município de São Francisco, localizado no norte do estado de Minas gerais. Trata-se na verdade de um grande mosaico, no qual estão presentes inúmeros povos tradicionais, como os vazanteiros, ciganos, ribeirinhos, catingueiros e quilombolas, que organizados em comunidades rurais ou pequenas vilas, dispersos ou agrupados, que tentam reconquistar terras que outrora teriam sido de seus ancestrais. Também vivem nesse mosaico, pessoas que não se identificam com a causa quilombola e parecem contrárias a essa demanda, como os sitianteiros e fazendeiros, tudo isso pode

---

<sup>1</sup> Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG – e-mail: amarosergiomarques@gmail.com



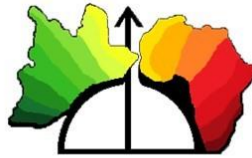
SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

eivar o grau de tensão na região, podendo até intensificar os conflitos pela posse da terra.

Tentando apresentar uma síntese - se é que isso seria possível, daquilo que chamo de mosaico, utilizei como estudo de caso, o processo de luta pela demarcação de terras da comunidade quilombola. Uma vez que poderíamos ter numa mesma comunidade, ou nas diversas comunidades que ocupam essa área, a presença de vazanteiros, ribeirinhos, catingueiros e de quilombolas, também de outros moradores que aparentemente não se enquadrariam nessas categorias, como abordaremos no decorrer desse trabalho. Optei, então pela comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata, pois a mesma está organizada e representada através de uma associação de moradores. Eles estão com um processo em análise no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), solicitando a demarcação e titulação de cerca de 2/3 de toda a zona rural do município de São Francisco, que se for acatado, será titulado em nome dessa associação e os moradores que forem considerados quilombolas. As terras então passarão a pertencer a associação quilombola de Bom Jardim da Prata e não poderão ser vendidas ou alienadas. O problema aparente é que vivem nesse mesmo território, nesse mosaico, uma infinidade de moradores que não pertencem a associação quilombola e que terão que ser desapropriados caso esse processo seja finalizado. Ao mesmo tempo, podemos vislumbrar que os não quilombolas, entre eles sitiantes e fazendeiros, entrarão com medidas judiciais contestando a delimitação territorial proposta pela comunidade e essa poderá se tornar uma batalha jurídica de longa duração.

O artigo organiza-se em quatro sessões, na primeira, abordo os processos históricos de ocupação do vale do São Francisco. Na segunda, faço uma análise da história da formação e ocupação do território do quilombo propriamente dito. Na terceira sessão, mostro as territorialidades da comunidade de Bom Jardim da Prata. Finalmente, na quarta e última parte, abordo a questão dos conflitos e novos processos externos que poderiam afetar na organização e sustento dessa comunidade em questão.



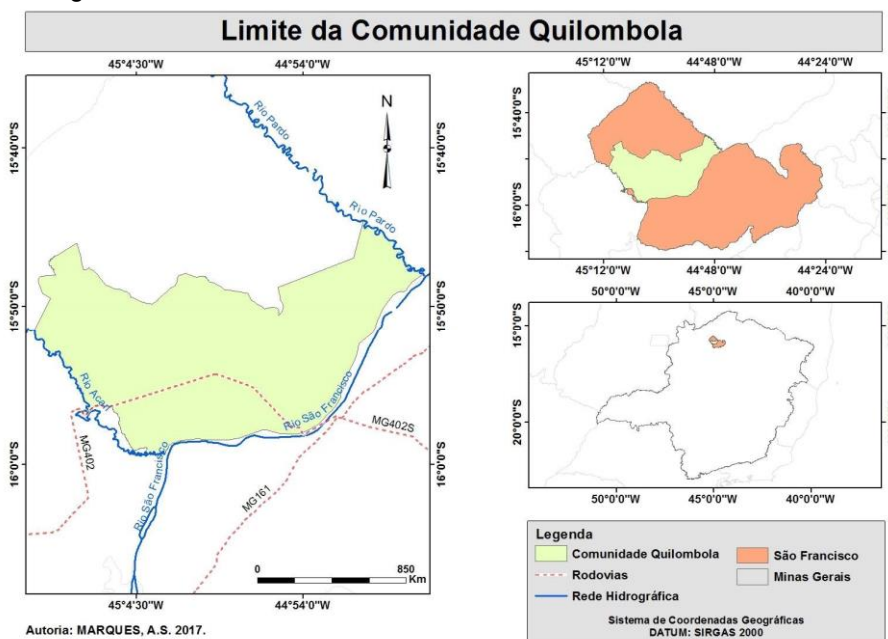
SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

## Introdução:

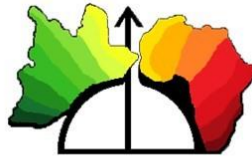
Essa região, de limites imprecisos, consiste em uma ampla planície, que parte da margem esquerda do rio São Francisco e se estende em direção ao distrito de Serra das Araras (que pertence ao município de Cachapa Gaúcha e está próxima ao ponto de trijunção dos limites territoriais dos estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás), fazendo ainda limites com os municípios de Januária e de Pintópolis, toda essa extensão entre os rios Acari e Pardo. (FIGURA 1)

Figura 1: Limite da Comunidade Quilombola de Bom Jardim da Prata.



Fonte: IBGE 2017.

Parte dos moradores desse mosaico, estão organizados e representados pela Associação Quilombola de Bom Jardim da Prata (criada em 2003 e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em 17/05/2005). Como já foi dito, está em curso junto ao INCRA o processo de Reconhecimento e



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Identificação Territorial (RTID) das terras do quilombo – pouco mais de 63 mil hectares – com fins de demarcação, titulação e posse definitiva.<sup>2</sup>

O artigo ainda fará a reconstituição e a análise dos processos de produção do território do quilombo (e do mosaico), bem como das territorialidades presentes nos espaços domésticos, coletivos e públicos no território do quilombo Bom Jardim da Prata desde meados do século XX, bem como uma discussão das mudanças em andamento, considerando sua organização interna e as ações externas por parte de agentes públicos e privados.

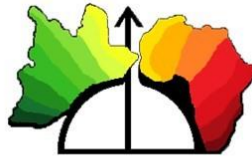
Segundo o IBGE, o município de São Francisco tem uma área de 3.308 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 56 mil habitantes em 2016, o que representa uma densidade demográfica de cerca de 17 habitantes por quilômetro quadrado.<sup>3</sup> Esse dado nos permite afirmar a existência de uma baixa densidade na área compreendida pelo mosaico. O bioma característico da região é o cerrado. As atividades econômicas principais são a pecuária de corte e leiteira e a agricultura, com o plantio de cana-deaçúcar, feijão, mandioca e de banana irrigada para exportação. O turismo ainda é pouco explorado, mas há pesca recreativa, passeios de barco e passeios nas ilhas e praias do rio São Francisco. Todavia, a área rural do município e do mosaico é caracterizada pela baixa disponibilidade de infra-estrutura e de serviços públicos, além de sofrer com o impacto da falta de chuvas na região, que a cada ano amplia o grau de pobreza de parte desses moradores.

A sede do município, a cidade de São Francisco, constitui uma centralidade na região. Ela está localizada à margem direita do rio, na mesma altura do quilombo Bom Jardim da Prata, 220 km a jusante de Pirapora e 89 km a montante de Januária. Passa pelo quilombo e pela cidade de São Francisco a rodovia MG-402, que liga o norte de Minas ao Distrito Federal e aos estados do Centro-Oeste. Essa rodovia é a única ligação de

---

<sup>2</sup> Cf. Costa *et al.*, 2015. Segundo Vilela (2016) a área pleiteada pelo quilombo junto ao INCRA é de 63.168,15 hectares, o que representaria cerca de 2/3 da zona rural da área do município

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 set. 2016.



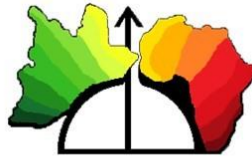
SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

São Francisco ao município de Pintópolis, também através da mesma é possível seguir para a Serra das Araras e Chapada Gaúcha. Uma balsa faz a travessia de veículos nesse ponto do rio. Assim, o comércio é bastante expressivo na sede do município, principalmente no ramo de cereais e de alimentação, e o setor de prestação de serviços está em expansão. Há um pequeno hospital, um pólo da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e um campus avançado da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Existem ainda no campo da educação a Fundação Caio Martins, que oferece cursos profissionalizantes e reforço escolar para alunos do ensino médio.

Segundo informações fornecidas pela Associação Quilombola de Bom Jardim da Prata, o quilombo conta atualmente com 630 famílias e uma população estimada em 3.400 pessoas, que vivem dispersas em sítios e fazendas, nas áreas denominadas Pinhãozeiro, Barreira dos Índios, Caatinga Grande, Mandacaru, Saco, Trás-o-mato, Junco, TabuleiroCapão, Lagedo-Riacho-Porcos e Santa Helena, ou então em uma das três áreas mais adensadas, conhecidas como vila de São Francisco de Assis, vila do Porto do Meio e do Porto Velho. A rodovia MG-402 é a única via pavimentada no território quilombola, enquanto as estradas de terra e inúmeras trilhas que ligam os diversos grupos do quilombo entre si são precárias, com solo extremamente arenoso e quase sem manutenção. Algumas das comunidades listadas anteriormente estão situadas há mais de 40km da sede da associação, fato esse que dificulta o deslocamento quando das reuniões mensais na associação quilombola, uma vez que poucos moradores possuem algum meio de transporte.

Os moradores são, em sua maioria, trabalhadores rurais que se dedicam à agricultura familiar ou trabalham para fazendeiros e firmas agropecuárias da região. Os quilombolas também conseguem seu sustento com a pesca e coletando frutos do cerrado, como o pequi, baru e outros. Muitos também fazem trabalho sazonal no sul de Minas ou nos estados de Goiás e de São Paulo. De todo modo, os programas públicos de redistribuição de renda e segurança alimentar – como Bolsa Família, Fome Zero, Seguro Safra, Seguro-Defeso – são decisivos para a sua sobrevivência;



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

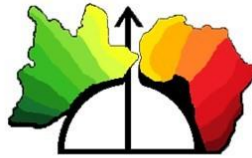
apenas o Bolsa Família atende 311 famílias. No município de São Francisco em geral, 49,2% dos moradores recebem até meio salário mínimo e as condições adequadas de esgotamento sanitário se mostram em apenas 17% dos domicílios<sup>4</sup>. No território quilombola existe apenas uma escola pública de ensino fundamental, com turmas até o nono ano. Não há assistência à saúde, nem quaisquer outros serviços públicos. A oferta de assistência pelo município limita-se apenas a sua sede.

A segunda metade do século XX foi um período de enormes mudanças nessa região, que levaram ao abandono tanto de certas formas de apropriação do território quanto das práticas construtivas tradicionais. Além da construção de Brasília, entre 1957 e 1960, com o deslocamento do ideal de modernidade para o eixo Centro-Oeste do país, foram arranjos institucionais relevantes nesse sentido a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959. Essas instituições introduziram um novo modelo de unidade rural (a fazenda-empresa), modificando as relações de trabalho, acirrando a questão agrária com o cercamento e a expropriação de terras, favorecendo a manutenção dos latifúndios e introduzindo técnicas modernas e cultivo de espécies com fins à economia de mercado. Em 1962, foi inaugurada a barragem de Três Marias, que diminuiu as inundações das margens do rio São Francisco, reduzindo as áreas de várzea, prejudicando a agricultura e o transporte fluvial e, em consequência, alterando substancialmente a relação dos ribeirinhos, e também dos moradores do mosaico, com a terra e o rio. Muitos membros da comunidade de Bom Jardim da Prata migraram para outras regiões em busca de empregos sazonais ou permanentes e às vezes levaram novos conhecimentos e hábitos de volta até o quilombo.

Não existe ainda até o presente momento a demarcação e titulação do território do quilombo, como mencionado anteriormente, todavia nesse trabalho consideramos como território do quilombo de Bom Jardim da Prata, os limites pleiteados pelos

---

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2017.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

quilombolas presente no laudo do INCRA. No território do quilombo propriamente dito, ocorreram desde então mudanças no âmbito coletivo e doméstico, como a delimitação de lotes, sítios e fazendas, exterminando as áreas de uso comum<sup>5</sup> (ficando restrita apenas a algumas famílias que possuem sítios com maiores dimensões e cedem suas terras para parentes próximos e às ilhas que estão localizadas no rio São Francisco, que são compartilhadas pelas famílias mais antigas do quilombo). Houve ainda a substituição massiva de matas por pastos, a construção de novas casas, ruas e rodovias, a implantação de água canalizada e energia elétrica. No que diz respeito à produção material das edificações, materiais e técnicas locais se mesclaram a insumos industrializados e às respectivas técnicas de construção. Hoje, a região está prestes a sofrer novas grandes mudanças, em particular a partir da implantação de um empreendimento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e do projeto de construção de uma ponte sobre o rio São Francisco, que fará uma ligação rodoviária direta entre o quilombo e a cidade de São Francisco.

### **História do Mosaico, do Quilombo e do Vale do Rio São Francisco**

Utilizaremos como eixo norteador a presença do rio São Francisco - o Velho Chico, numa perspectiva da memória dos moradores de suas margens, inclusive com relatos de membros da comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata. O Velho Chico serviu de principal via de ligação entre o litoral e o sertão, desde os primórdios da colonização do Brasil. O processo de apropriação e ocupação do território ocorreu com as grandes fazendas de criação de gado, trazendo o papel do fazendeiro, dos sitiantes e agregados, na conformação do território pleiteado pelos quilombolas.

Esse processo de ocupação do vale do São Francisco está associado a figura de Garcia D' Ávila - um precursor dos bandeirantes, que teria ajudado a ocupar a região

---

<sup>5</sup> Apesar da orientação do INCRA para titular as terras de remanescentes de quilombos na forma de posse coletiva, não é o que ocorre no quilombo de Bom Jardim da Prata e nem em outras comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil. (Brandão, 2010).





SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

desde o final do século XVI, muito antes da formação do estado de Minas Gerais, tal qual o conhecemos hoje. Com ele, temos os primeiros registros da presença negra na região, uma vez que ao percorrer as margens do rio São Francisco, fundando povoados e fazendas de criação de gado "(...) deixava um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de eqüinos". (Rocha, 2004, p.42). Estava lançado sobre esse pilar - a pecuária, a vocação econômica do norte do estado até o tempo presente.

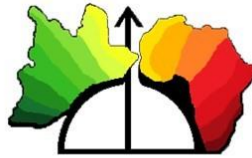
A presença de quilombos no norte de Minas Gerais ainda abre margem para discussão e muitas dúvidas, talvez pela dificuldade da obtenção de registros históricos que comprovassem o número e a localização dos mesmos. Todavia, algum material tem sido produzido pela academia acerca do tema nas últimas décadas como descreveremos a seguir.

Existe um grupo de pesquisadores, entre eles João Batista de Almeida Costa que defende a hipótese da presença de quilombos ou de comunidades negras surgidas no vale do São Francisco bem antes do ciclo da mineração e da fundação do Estado de Minas Gerais, em terras ocupadas por indígenas e ainda não colonizadas (talvez evitadas pelos brancos em razão dos surtos de malária, doença erradicada apenas na década de 1950). Os grupos negros teriam se assentado primeiro nas matas da Jaíba e às margens do rio Verde Grande que é um dos afluentes do rio São Francisco - formando o quilombo do Gurutuba<sup>6</sup> e depois seguido em direção ao rio São Francisco e seus afluentes (Costa, 2012, 2013; Costa Filho, 2008). Esses negros vindos do nordeste teriam começado a ocupar o norte de Minas Gerais em períodos diferentes, fugindo da escravidão, muito provavelmente no ciclo da cana-de-açúcar e durante todo o processo de colonização do país, com uma última leva coincidindo com a abolição, como defende o antropólogo Aderval Costa Filho, que pesquisou os quilombolas do Gurutuba. (Costa Filho, 2008).

---

<sup>6</sup> O quilombo do Guturuba (grafia com *U* para diferenciar do Projeto de Irrigação do vale do Gorutuba) está situado nos atuais municípios de Catuti, Gameleira, Jaíba, Janaúba, Monte Azul, Pai Pedro e Porteirinha no norte do estado de Minas Gerais. Foi reconhecido pela Fundação Palmares em 02/12/2004.





SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Uma das explicações para a fixação e a ampliação da presença negra na região foi a existência de alagadiços, veredas, rios e lagoas que favoreceu a agricultura de subsistência, pesca e caça, bem como o extrativismo, que ainda é praticado por boa parte dos moradores.

Desde a formação dos primeiros quilombos nesta região, estes se organizaram de maneira onde valorizavam os costumes e a cultura trazidas da África. Prova disso é que ainda permanecem resquícios de uma ancestralidade africana demonstrada em traços culturais, como na dança (Lundu, do Carneiro), música (com instrumentos de cordas e de tambores), artesanato (vasos e potes em cerâmica, esteiras com palha de buriti), alimentação (feijoada e outros alimentos a base de milho e mandioca), misticismo (seres encantados - Caboclo d' água e o Romãozinho, mitos, aparições, religiosidade (Folia de Reis (FIGURA 2), São Gonçalo), construção em taipa de mão, enfim, aspectos que ajudam a manter sua organização social e que vem sendo ressignificada na busca de uma identidade quilombola, processo este ainda em curso nessa região. Um momento de uma grande seca e de fome (no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX), parte desse grupo (do quilombo do Gurutuba) teria migrado em direção às áreas dos atuais municípios de São Francisco, Januária, Manga, Pedra de Maria da Cruz e Matias Cardoso, dentro do vale do São Francisco a procura de melhores áreas para garantir a sua sobrevivência. (Costa, 1999). Os relatos dos antigos moradores contribuem para reforçar essa tese de que negros vindos do Gurutuba teriam chegado à região e através de casamentos teriam constituído as primeiras famílias, das quais descendem parte dos moradores do quilombo de Bom Jardim da Prata.

Figura 2 - Folia de Reis



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO



Fonte: Acervo do autor (20/12/2016).

Podemos, então, afirmar que, no território do quilombo, esses negros em contato com os antigos moradores foram se fixando e vivendo nessa região, criando gado na solta, pescando e caçando, além de estar firmemente alinhados às práticas de extrativismo e à agricultura de subsistência desde o final do Século XIX e início do XX, fato esse em conformidade com a celebração do centenário da Igreja do Menino Jesus e de um cemitério, ambos com mais de 100 anos.

Os quilombolas apropriaram do território seguindo o volume das cheias e das vazantes, alternando o plantio, ora nas partes inundáveis próximas as margens, ou mesmo nas ilhas que surgem no período de seca, ou seja, é o rio São Francisco que condiciona o uso da terra, a pesca, o transporte, a construção de casas, vilas e a criação dos animais, enfim, a vida dos moradores dessa região como veremos a seguir.

O rio São Francisco nasce no estado de Minas Gerais e atravessa os estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, até desaguar no oceano Atlântico. Antes de o transporte pelo rio entrar em declínio, na década de 1970, as embarcações a vapor transitavam de Juazeiro, na Bahia, a Pirapora, em Minas Gerais, uma rota de 1371 km.

Em Pirapora, passageiros e mercadorias seguiam de trem até outros estados do Sudeste, principalmente São Paulo, tornando essa ligação a mais importante entre o



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Nordeste e o Sudeste do país, segundo o jornalista e escritor Wilson Dias da Silva, que percorreu todo o trecho do rio numa viagem de 120 dias (Silva, 1985). A Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE) chegou a operar muitas embarcações que faziam o trecho entre Pirapora e Juazeiro: "os 'gaiolas' São Salvador, São Francisco e Benjamim Guimarães; 60 chatas para o transporte de cargas; e 11 empurradores" (Silva, 1985, p.77). Com a construção de estradas, o abandono das ferrovias e a redução do nível das águas, os grandes barcos de cargas e passageiros encerraram suas atividades. Atualmente, o único vapor em operação é o Benjamim Guimarães, que está ancorado no porto de Pirapora e faz viagens curtas de turismo quando o nível do rio permite.

Todavia, existiram outros tipos de embarcações tradicionais como: *Ajojo*, *batelão* e *vapor*, que eram utilizadas no rio São Francisco, mas que deixaram de existir. O ajojo, movido a remo, é uma plataforma de madeira apoiada sobre duas canoas, que foi muito utilizada para a travessia de gado e de animais de carga antes do tempo das balsas e dos caminhões, conforme aponta o historiador Walter de Castro Dourado (1973). O batelão é um precursor da balsa. Tinha um fundo chato, como uma plataforma, e era movido a remo. Essas embarcações para cargas formavam verdadeiros comboios que subiam ou desciam o rio, transportando principalmente grãos do porto de Pirapora para o porto de Juazeiro. No caminho de regresso, traziam sal e outros produtos que eram comercializados ao longo do percurso (Dourado, 1973; Silva, 1985). O vapor ou *gaiola* era um barco de passageiros, movido a motor a vapor que aciona um conjunto de pás na lateral ou nos fundos da embarcação. Possuía até três pavimentos e com setores para classes distintas, que pagavam preços diferenciados.

O mais velho pescador de Bom Jardim da Prata, José Rodrigues dos Santos, de 83 anos, chamado por todos de José de Amaro, lembra-se dos tempos áureos da navegação e dos nomes das embarcações a vapor: *o Raul Soares*, *o Barão de Cotegipe*, *o Sertanejo*, *o Paracatu*. Outros moradores antigos do quilombo falaram dos *portos*: eram pequenos ancoradouros para onde levavam lenha que cortavam na mata



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

e que os vapores compravam para aquecer as caldeiras. As viagens eram constantes e as embarcações sempre atracavam nos portos de lenha para reabastecer. Dona Dé, moradora do Porto do Meio, narrou que o vapor apitava várias vezes anunciando sua chegada e que, então, muita gente corria até o porto para vender doces, frutas, verduras, farinha, queijo, requeijão, rapadura, cachaça, ovos, frangos, carne de sol e biscoitos. A chegada ou a partida de um vapor era um acontecimento no quilombo e movimentava sua economia. Senhor Ceiça relatou detalhes sobre esses tempos:

Antes do Batelão, que é um tipo de barco, tinha o Ajojo, que era feito com duas canoas emendadas com um curral de transportar gado em cima, não tinha motor não, era a remo e com os varões. O Serafim era o dono do barco Ajojo. As mercadorias vinham pelo vapor de Juazeiro na Bahia - eram as gaiolas - vinha cheia de sal, pedra de amolar, coco, artesanato. As pessoas vinham do Nordeste e iam para São Paulo, desciam das gaiolas em Pirapora e pegavam o trem para São Paulo. Existiam várias classes dentro das gaiolas e tinha até um porão, a segunda classe era a mais barata. Tinha ainda o vapor de luxo, que era o Venceslau Brás, o Barão de Cotegipe, que era da conhecida Viação Baiana, e o vapor Benjamim Guimarães. Minha mãe vendia requeijão nas gaiolas.<sup>7</sup>

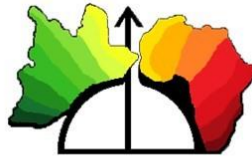
Quanto à navegação local no rio São Francisco, o já citado pescador José de Amaro, que foi criado no quilombo às margens do rio, também trabalhava na profissão de *remeiro* ou *remador*,<sup>8</sup> isto é, era pago para fazer transportes de canoa. As canoas são usadas ainda hoje, mas, antes de surgirem os barcos a motor e as balsas, eram a única forma de travessia do quilombo e de outras partes do mosaico, para a cidade de São Francisco e de transporte fluvial local. José de Amaro me disse que costumava remar até Pedras de Maria da Cruz, onde comprava cachaça para ser vendida na cidade, mas que também era comum remar até a cidade de Januária, num percurso que poderia durar três dias.

## O quilombo hoje e suas territorialidades

---

<sup>7</sup> José da Conceição Pereira - Ceiça (informação verbal), 21/12/2016.

<sup>8</sup> (cf. Neves, 2003).



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

O território que está sendo reivindicado pela comunidade quilombola junto ao Incra é extenso e de paisagem muito diversificada. À semelhança de outros quilombos rurais,<sup>9</sup> as famílias estão em parte agrupadas e em parte isoladas. No primeiro caso, constituem as vilas de Porto Velho, Porto do Meio e São Francisco de Assis. Elas têm melhor infraestrutura, com fornecimento de água e energia elétrica. Já as áreas denominadas Atrás do Mato, Barreira dos Índios, Caldeirões (FIGURA 3), Capão, Junco, Lagedo, Mandacaru, Pinhãozeiro, Porcos, Saco, Santa Helena e Riacho se compõem de pequenos sítios e fazendas, de difícil acesso, com casas (FIGURA 4) dispersas e de infraestrutura mais precária. Boa parte dessas comunidades não possuem água tratada, coleta de resíduos sólidos ou mesmo esgotamento sanitário. Também não existem a oferta de outros serviços públicos. Na sequência irei descrever as territorialidades que estão presentes no quilombo e que nos possibilitam pensar não em apenas um território, mas em vários.

Figura 3 - Lagoa dos Caldeirões e a criação de gado.



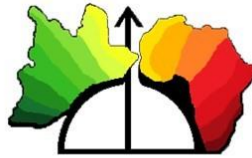
Fonte: Acervo do autor (20/12/2016).

Figura 4 - Casa em taipa de mão no quilombo.

---

<sup>9</sup> (cf. KAPP (2012)).





SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO



Fonte: Acervo do autor (20/12/2016).

O abastecimento de água, um dos principais problemas da região, é feito nos rios São Francisco, Acari e Pardo, e por carros-pipa da Defesa Civil. Há famílias em parte do território que obtêm água de poços tubulares, cujas despesas de manutenção dividem entre si. As despesas referem-se ao consumo de energia elétrica para acionar o motor que faz o bombeamento até as áreas de São Francisco de Assis, Barreira dos Índios, Pinhãozeiro, Porto Velho e Porto do Meio.

O fornecimento de energia elétrica é feito pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), mas, como já dito, nem todas as casas dispõem desse serviço. Na vila de São Francisco de Assis, muitas famílias compartilham o padrão elétrico de forma irregular; um único padrão pode estar ligado a várias casas e a conta é dividida entre elas. A rede de energia foi construída pelos moradores de forma precária, sem supervisão da Cemig.

Como já mencionado, no território do quilombo não existe nenhum tipo de assistência pelo município. O comércio se resume a uma mercearia e pequenos bares. Sempre que necessitam de qualquer forma de assistência, ou mesmo de utilizar serviços bancários, fazer compras em supermercados os moradores do quilombo precisam se deslocar até a sede do município, fazendo a travessia pela balsa (FIGURA 5) ou pelos barcos que estão disponíveis nas margens do rio São Francisco. A cobertura de



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

telefonia celular e internet também se restringe à área mais próxima das antenas da sede municipal, a cidade de São Francisco.

Figura 5 - A travessia de balsa no rio São Francisco.



Fonte: Acervo do autor (17/12/2016).

Existem inúmeras estradas e trilhas dentro do território quilombola, algumas delas percorridas apenas a pé ou a cavalo e nem sempre respeitando as divisas de fazendas e sítios. Muitas vezes, os quilombolas usam atalhos, passando por baixo das cercas. Um bom exemplo é o atalho para chegar à sede da associação, que passa pela chamada "mata da Dona Vilma", uma ampla faixa cercada de reserva florestal entre a MG-402 e a margem do rio São Francisco, na área do Bom Jardim da Prata.

As propriedades no quilombo são em sua maior parte informais e de difícil compreensão para quem vem de fora. Podemos afirmar que boa parte dos quilombolas seriam posseiros, outros teriam sido agregados de antigos fazendeiros que teriam doado (informalmente) um pedaço de terra para que os mesmos morassem. Outros teriam comprado seus sítios e lotes nas vilas, mas sem lavrar a escritura definitiva no cartório (ou seja, também informal). Em outras palavras, os quilombolas não têm documentos de posse definitiva (como informou o presidente da associação, Zé dos Passos, e confirmei junto aos cartórios de registro de imóveis na sede do município) e comercializam terras apenas mediante contratos particulares de





SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

compra e de venda ou por acordos verbais, mas sem a formalização cartorial desses processos. Todavia, existem também, em todo o mosaico, moradores que afirmam possuir a escritura definitiva de suas propriedades.

Mas durante o trabalho de campo pude confirmar que ainda predomina a informalidade no comércio de terras em todo o território.

As menores unidades são os lotes nos núcleos adensados, que se assemelham a lotes urbanos, com cerca de 360 m<sup>2</sup>. Exceto por pequenos jardins e quintais, eles são inteiramente ocupados pelas respectivas casas.

Um segundo tipo de propriedade são os sítios de cerca de dois ou três hectares que os moradores geralmente dividem entre moradia, ambientes de serviço (paiol, casa de farinha, depósito) e áreas de hortas, roças (FIGURA 6), galinheiros e chiqueiros. Parte desses sítios pertence a quilombolas e parte a moradores que não se consideram quilombolas e não participam da Associação<sup>10</sup>.

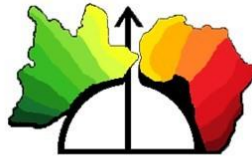
Figura 6 - Quintal com plantio de milho e mandioca.



Fonte: Acervo do autor (06/01/2016).

---

<sup>10</sup> Não existem dados específicos sobre a porcentagem dos moradores do território que se auto-declaram quilombolas. Segundo a Associação Quilombola de Bom Jardim da Prata seriam cerca de 630 famílias. Todavia, a Prefeitura e a Emater de São Francisco quando questionadas não confirmaram esses dados.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Há algumas terras mais extensas, pertencentes a famílias mais antigas do quilombo, como as da família Cordeiro do Rosário, com acesso à MG-402 e à estrada que leva à escola Barreira dos Índios. Elas foram parceladas em sítios maiores, com cercamento, retangulares e as famílias aparentadas ali criam animais e plantam roças de forma compartilhada. Cabe observar que, mesmo aqueles quilombolas que possuem porções relativamente grandes de terra, chamam suas propriedades de sítios, não de fazendas, e que há um esforço da associação para que eles se reconheçam como quilombolas e se declarem agricultores familiares.

O termo *fazenda* é usado no quilombo para designar as outras propriedades rurais, com dimensões maiores que os sítios. Por serem muitas e por possuírem dimensões variadas, as fazendas estão espalhadas em todo território. Entretanto, o processo que se encontra em análise no INCRA faz destaque apenas às grandes fazendas, consideradas empresas rurais, pertencentes às empresas do Grupo Araújo (a rede de drogarias com sede em Belo Horizonte-MG), CROS Agroindustrial (que também é ligado ao ramo da mineração e construção civil, com sede em Montes Claros-MG), Laticínios Caroba (sede em São Francisco-MG), Grupo INCIVI - Indústria Siderúrgica Viana Ltda. (com sede no município de Sete Lagoas) e Grupo Plantar (possui também extensas áreas de reflorestamento com eucalipto na região e sede em Belo Horizonte-MG). No processo de expropriação das terras dos quilombolas desde os anos 1950, essas fazendas-empresa conseguiram o registro formal de suas terras.

Finalmente, há os sítios de veraneio e pescaria, que começaram a ser adquiridos a partir dos anos de 1990, cujos proprietários não moram no quilombo e nem têm qualquer relação com a associação. Os sítios com esta finalidade concentram-se principalmente nas margens do rio São Francisco, mas atraem um público maior aos finais de semana e feriados. O acesso aos sítios são, muitas vezes, os mesmos utilizados para se chegar aos sítios e terrenos pertencentes aos quilombolas. Alguns moradores do quilombo complementam a renda familiar prestando trabalho como cozinheira, faxineira e caseiro para os proprietários dos sítios de veraneio.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

## **Conflitos e externalidades no território mosaico**

De fato, no final da década de 1960, foram abertas duas estradas no território do quilombo: a rodovia MG-402, que liga o Porto do Meio ao município de Pintópolis e dali segue rumo a Brasília; e a estrada de terra que liga a MG-402 ao distrito de Serra das Araras, no município de Chapada Gaúcha. A MG-402 criou um fluxo de pessoas e mercadorias que foi fundamental para o surgimento da vila de São Francisco de Assis e para a ampliação das vilas do Porto Velho e do Porto do Meio. Seu asfaltamento, em 2009, aumentou ainda mais esse fluxo. Não obtive acesso a fontes oficiais acerca da construção dessas rodovias, mas os quilombolas a atribuem à extinta Ruralminas. A Ruralminas era um órgão do governo de Minas Gerais que encerrou suas atividades em setembro de 2016, mas que, nos anos 1970, atuou de forma decisiva no processo de colonização da região da Jaíba (também localizada no norte do estado), com abertura de vias, construção de pontes, implantação de vilas para os colonos do projeto de irrigação que leva o mesmo nome e criação de canais que retiravam água do rio São Francisco. Também cabia a Ruralminas regularizar as terras consideradas devolutas naquele período, fato esse que atraiu empresários de outras partes do país, que tornaram-se assim em fazendeiros.

Até o tempo presente a situação das estradas rurais na região são extremamente mal conservadas, quase todas sem pavimentação, o que não contribui para o desenvolvimento dessa parte do estado. Provavelmente, devido à situação das estradas existentes à época, que eram poucas como relatos dos moradores, essa seria uma das principais rotas de ligação de São Francisco a Itacarambi e Manga e, posteriormente, ao projeto de irrigação do Jaíba, uma vez que as vias nesta região seguiram os cursos d'água, como o São Francisco e o Verde Grande. Com a ausência do poder público na manutenção de estradas rurais, coube aos fazendeiros e sitiantes realizar essa função, por isso é preciso destacar o papel dos mesmos na abertura e manutenção de estradas vicinais em todo o território. Um exemplo é a estrada cascalhada que vai até a área do Lagedo, mantida pela CROS Agroindustrial.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Segundo nos informou o proprietário, Genesco Lima Souza Filho<sup>11</sup>, não existia nenhuma estrada que fizesse a ligação da MG402 até a fazenda. Existiam várias propriedades pequenas e mais de 10 cochetes numa antiga trilha. Então, ele arcou com os custos de cercar e colocar mata-burro, e novas cancelas para os proprietários ao longo da nova estrada que ele mandou abrir. Antes dessa estrada, o acesso a fazenda da CROS era apenas pelo rio São Francisco. Posteriormente, ele ainda mandou construir uma segunda estrada, para facilitar o escoamento da produção da fazenda. Atualmente mais de 100 moradores do quilombo trabalham especificamente para a CROS Agroindustrial.

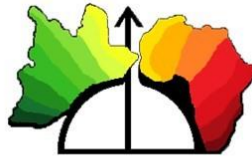
### **Considerações**

A comunidade quilombola continua aguardando o processo do RTID no INCRA, vivendo cercada pelos outros moradores do mosaico. Certo é, que muitas relações e tradições do quilombo foram perdidas com a atual forma de organização sócio-espacial, onde, parte das relações deixaram de ser baseadas na forma de auxílio mútuo (mutirão, plantio e colheita na forma de meeiros) ou mesmo do uso de terras comuns, que só existem de forma exígua nas ilhas. Também é preciso deixar claro que boa parte dos quilombolas dependem de alguma forma dos sitiantes, dos moradores das vilas ou dos fazendeiros do mosaico. Então estamos diante de uma encruzilhada, que somente os moradores do quilombo cabem decidir: assumir a luta pelo território tal qual está proposto pelo INCRA (a pedido da associação), ou ampliar a discussão para uma forma compartilhada com os outros atores que também fazem parte efetivamente do grande mosaico?

Certamente não podemos antecipar essa resposta nesse momento, todavia, graças ao processo de territorialização, não só os quilombolas, mas outros povos tradicionais estão ressignificando seus espaços, suas crenças e buscando uma forma de

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida na Construtora Mais (sede administrativa da CROS Agroindustrial), 11/07/2017.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

empoderamento de seus grupos comunitários. Todavia, esse é um longo caminho a percorrer... Pelo menos no vale do São Francisco.

## Referências

COSTA FILHO, Aderival. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro.** Tese de Doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ UnB. 2008.

COSTA, João Batista de Almeida, *et al.* **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da comunidade remanescente do quilombo Bom Jardim da Prata- São Francisco (MG).** Montes Claros: Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais e Sertão/Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/Unimontes, 2015. 173p. Relatório.

COSTA, João Batista de Almeida, Org.; OLIVEIRA, Cláudia, Luz de, Org. **Cerrado, gerais, sertão : comunidades tradicionais nos sertões roseanos /** Organização de João Batista de Almeida Costa e Cláudia Luz de Oliveira. Apresentação de Carlos Rodrigues Brandão. - São Paulo : Intermeios; Belo Horizonte : Fapemig; Montes Claros; Unimontes, 2012. 385 p.

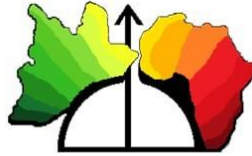
COSTA, João Batista de Almeida. **A eterna busca da liberdade e do respeito humano: os Quilombolas de Minas Gerais.** In: MOREIRA, Agda Marina Ferreira (Org.). *Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: Entre direitos e conflitos.* Belo Horizonte: CEDEFES, 2013. p. 7-12.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos.** (Dissertação de Mestrado, 210 fls). Universidade de Brasília: Brasília. 1999.

DOURADO, Walter de Castro. **Pequena História da Navegação no Rio São Francisco.** Juazeiro: ?. 1973. 121 p.

KAPP, Silke. **Quartel do Indaiá: Relato e análise de uma pesquisa de campo.** Belo Horizonte: GRUPO MOM /Escola da Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. 64 p. Relatório.

NEVES, Zanoni. **Os remeiros do São Francisco na literatura.** Rev. Antropol., São Paulo , v. 46, n. 1, p. 155-210, 2003 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003477012003000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477012003000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012003000100004>.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco : fator precípua da existência do Brasil** / Geraldo Rocha. 4.ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2004. (Brasiliana)  
SILVA, Wilson Dias da. **O Velho Chico sua vida, suas lendas e suas histórias.** Brasília, CODEVASF, 1985. 240p.

VILELA, Delmo Roncarati. **Metodologia participativa na instalação de sistemas de abastecimento e tratamento de água em áreas rurais [Manuscrito]: o caso da comunidade quilombola de Lagedo.** São Francisco, Minas Gerais / Delmo Roncarati Vilela. - 2016. 288 f.; enc.: il.